



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S
G A B I N E T E D E A P O I O A O S V E R E A D O R E S D O P C P

MOÇÃO N.º 02/2019

Reunião Privada de Câmara de

23-01-2020

Votada por pontos

Ponto 1 – Aprovado por unanimidade

Ponto 2 – Rejeitado com voto de qualidade do Vice- Presidente (8 votos
Contras - 6 PS + 2 Indep) (8 votos a Favor
- 2 PCP + 1 BE + 4 CDS +1 do PSD)

Ponto 3 – Rejeitado (8 votos Contras - 6
PS + 2 Indep) (1 abstenção BE) (7 votos a
Favor - 2 PCP + 4 CDS +1 do PSD)

Pelo reforço das verbas para o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária)

Por mais e melhores transportes públicos

O alargamento do Passe Social Intermodal com redução tarifária, importante conquista que os Vereadores do PCP muito valorizam, veio confirmar o que de há muito este partido tem vindo a colocar sobre o sistema de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa: o preço era um factor decisivo para se poder alargar a procura; a redução de preços provocaria um aumento da receita bruta do sistema, tal o impacto no aumento de utentes; a oferta é insuficiente, e são necessário um conjunto de investimentos estratégicos que estão a ser adiados há largos anos.

Infelizmente, a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo PS, actualmente em discussão na Assembleia da República, não corresponde ao avanço no sistema de transportes públicos que é necessário e possível.

A proposta de OE2020 reduz as verbas no Orçamento para o PART (o Programa de Apoio à Redução Tarifária que financiou parte da redução de custos).

É que em 2019, o PART só funcionou durante 9 meses, pelo que a sua anualização implicaria um aumento de verbas de 33%, que não acontece. Faltam 9 milhões de euros só para essa anualização, que no grosso são transferidos para as autarquias suportarem.

Mais grave ainda é a falta de medidas para alargar a oferta, como todos os utentes sabem ser verdadeiramente imperioso. A proposta de OE 2020 cria, essencialmente para efeitos de propaganda, um Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) que tem um nome e uma sigla tão pomposos mas são insuficientes as verbas a ele alocadas, designadamente, 15 milhões de euros.

Por outro lado, para que os transportes públicos garantam uma resposta adequada é necessário aumentar a sua oferta e este aumento passa, entre outros, pelo investimento numa verdadeira expansão do metropolitano a Alcântara e a Loures e não continuar a apostar no projecto da linha circular que só trará mais prejuízo para os utentes e mais supressões e complicações.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Um verdadeiro investimento nos transportes públicos e nas suas infra-estruturas garante não só a função de mobilidade das pessoas como também fomenta uma política ambiental responsável e uma administração racional dos recursos existentes.

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária de 23 de Janeiro de 2020, delibere instar o Governo do Partido Socialista, a Assembleia da Republica e demais organismos competentes a desenvolver as diligências necessárias com vista a:

- 1.** Aumentar de forma efectiva o investimento nos transportes públicos;
- 2.** Aumentar a verba alocada ao PART para fazer face à sua anualização e ainda para responder à integração das ligações inter-regionais no esquema de apoios do PART, da qual estão hoje excluídas, prejudicando as autarquias (com mais encargos) e os utentes (com uma menor redução e menor intermodalidade), nomeadamente no Oeste e noutras CIM limítrofes às áreas metropolitanas.
- 3.** Abandonar o projecto da linha circular do Metropolitano, investindo na sua expansão à zona Ocidental e a Loures.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2020

Os Vereadores

João Ferreira

Ana Jara